

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - Registro de preços para aquisição de testadores de cabo e conectividade, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

1.2 - Da justificativa para a contratação

1.2.1 - A Central de Serviços de TI recebe, com frequência, acionamentos relacionados a ativações, indisponibilidades ou intermitências nos pontos de rede, disponíveis no ambiente de trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral do Paraná.

1.2.2 - A rede da Justiça Eleitoral foi subdividida em diversas redes virtuais (de acordo com o tipo de serviço), torna-se imprescindível sua correta identificação (Vlans: Computadores, Impressoras, VoIP, Access Point, CFTV) dentre os pontos distribuídos na estrutura do TRE/PR. Tal medida se faz necessária para garantir a conectividade de rede e demanda a realização de testes de continuidade, impedância, frequência, distância, entre outros.

1.2.3 - A presente contratação tem como objetivo adquirir equipamentos para auxiliar as equipes de rede e de apoio técnico de campo, para que possam identificar possíveis falhas referentes a pontos e cabos de rede e, com isto, de forma rápida e eficiente, solucionar problemas relacionados à conectividade de rede do TRE/PR.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 - Poderão ser adquiridos testadores de cabos de rede conforme quantitativo e especificações mínimas a seguir descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA DE REFERÊNCIA	Preço máximo unitário aceitável (R\$)
1	Testador de cabo e conectividade - tipo 1 Código SIASG: 107140	10 (dez)	Fluke Microscanner2 - MK2-KIT, IdealNetworks VDV-II PRO	7.574,65
2	Testador de cabo e conectividade - tipo 2 Código SIASG: 107140	10 (dez)	Fluke Linkrunner - LRAT-2000, Navitek NT Pro	20.578,17

2.1.2 - REQUISITOS TÉCNICOS (CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS)

2.1.2.1 - Testador de cabo e conectividade - Tipo 1: O equipamento deve atender aos seguintes requisitos:

- a) O equipamento deve ser portátil (dimensões máximas AxLxP 22cm x 11cm x 6cm) e não deve exceder 1000g de peso;*

- b) Possuir display de Cristal Líquido (LCD), com luminoso, para visualização dos testes;
- c) Deve ser capaz de testar cabos UTP e STP;
- d) Deve ser capaz de identificar aberturas, curto-circuito e pares invertidos ou cruzados;
- e) Deve ser capaz de realizar testes de comprimento e mapeamento dos fios (wiremap);
- f) Deve possuir conector de entrada padrão RJ-45 para mídia de acesso do tipo 10Base-T, 100 Base-TX e 1000Base-T;
- g) Deve ser capaz de testar links com PoE (IEEE 802.3af e 802.3at) com carga real no mínimo até classe 4 (25.5W) e indicar tensão e polaridade;
- h) Deve ser capaz de determinar a distância de um rompimento de cabo;
- i) Deve ser fornecido com capacidade instalada para gerar tom, analógico ou digital, para identificação de cabos por meio de ponteira indutiva;
- j) Deve ser fornecido com ponteira indutiva do mesmo fabricante, capaz de detectar tom analógico e digital por meio de sinalização sonora do sinal recebido;
- k) Deve ser capaz de verificar se um ponto de rede está ativo ou não;
- l) Deve possuir garantia do tipo "On-Site" de, pelo menos, 1 (um) ano;
- m) Deve ser entregue com estojo para transporte.

2.1.2.2 - Testador de cabo e conectividade - Tipo 2: O equipamento deve atender aos seguintes requisitos:

- a) O equipamento deve ser portátil (dimensões máximas AxLxP 22cm x 11cm x 6cm) e não deve exceder 1000g de peso;
- b) Possuir display de Cristal Líquido (LCD), com luminoso, para visualização dos testes;
- c) Deve ser capaz de testar cabos UTP e STP;
- d) Deve ser capaz de identificar aberturas, curto-circuito e pares invertidos ou cruzados;
- e) Deve ser capaz de realizar testes de comprimento e mapeamento dos fios (wiremap);
- f) Deve possuir conector de entrada padrão RJ-45 para mídia de acesso do tipo 10Base-T, 100 Base-TX e 1000Base-T;
- g) Deve ser capaz de testar links com PoE (IEEE 802.3af e 802.3at) com carga real no mínimo até classe 4 (25.5W) e indicar tensão e polaridade;
- h) Deve ser capaz de adquirir endereço IP de forma automática ou manual em redes IPv4 e IPv6;
- i) Deve ser capaz de realizar testes de verificação de conectividade em redes com o protocolo 802.1x habilitado;
- j) Deve implementar teste de conectividade via protocolo Icmp (Ping) nos dispositivos conectados à rede;
- k) Deve ser capaz de realizar teste de conectividade a um serviço TCP pré configurado (host/porta);
- l) Deve ser capaz de determinar a velocidade atual do link ativo (10/100/1000) bem como o tipo de comunicação (full/half duplex);
- m) Deve ser fornecido com capacidade instalada para gerar tom digital e analógico para identificação de cabos por meio de ponteira indutiva;
- n) Deve ser fornecido com ponteira indutiva do mesmo fabricante, capaz de detectar tom analógico e digital por meio de sinalização sonora do sinal recebido;

- o) Deve ser capaz de verificar se um ponto de rede está ativo ou não e permitir a identificação da porta do Hub ou Switch na qual o ponto está conectado;*
- p) Deve ser capaz de verificar a disponibilidade dos serviços de DHCP e DNS em uma rede ethernet;*
- q) Deve ser capaz de gerar relatórios dos testes realizados e ser entregue com software para gerenciamento dos relatórios;*
- r) Deve possuir alimentação por meio de baterias recarregáveis, devendo ser fornecido com a(s) bateria(s) e o devido carregador;*
- s) Deve ser fornecido com estojo para transporte;*
- t) Deve possuir garantia do tipo "On-Site" de, no mínimo, 1 (um) ano;*

3 - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

3.1 - DA ENTREGA DO OBJETO

3.1.1 - A contratada deverá apresentar os equipamentos acondicionados conforme padrão do fabricante. A embalagem deve garantir a proteção do equipamento durante o transporte e estocagem, bem como conter a identificação do produto.

3.1.2 - Do local de entrega: as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 - Prado Velho, mediante prévio agendamento junto à Seção de Rede nos telefones (41) 3330-8628 ou 3330-8629.

3.1.3 - A entrega deverá ser feita em dias úteis: segunda a sexta-feira - no horário compreendido entre as 12 e as 19 horas, podendo também ocorrer, caso o TRE julgue necessário, em sábados, domingos e feriados.

3.1.4 - A contratada deverá entregar, juntamente com os bens, a documentação técnica atualizada, drivers e outros programas necessários ao funcionamento dos equipamentos, os quais poderão ser armazenados em mídia óptica (CD/DVD) ou disponibilizados de forma eletrônica. As atualizações deverão ser disponibilizadas para download via internet no sítio do fabricante.

3.1.5 - Os equipamentos deverão ser novos, em linha de produção e de primeiro uso, deverão atender rigorosamente a todas as especificações técnicas mínimas exigidas e serão entregues devidamente protegidos, em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões ou outros problemas físicos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das notas fiscais de remessa.

3.1.6 - Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões e/ou outros problemas físicos.

3.1.7 - Os equipamentos deverão possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado na licitação, sendo aceitos componentes e especificações superiores.

3.1.8 - DO PRAZO DE ENTREGA: prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, estando incluso no valor contratado quaisquer despesas com frete e demais impostos inerentes à contratação.

3.1.9 - Caso a data da entrega recaia em dia não útil, e não havendo solicitação

da Administração para entregar nesse dia, a data limite para entregar o objeto ficará prorrogada para o primeiro dia útil seguinte.

3.1.10 - Não serão aceitas entregas de equipamentos no período de recesso deste TRE, ou seja, entre 19 de dezembro e 7 de janeiro.

3.1.11 - Caso se veja impossibilitada de cumprir com o prazo estipulado no item anterior, a empresa CONTRATADA deverá, por escrito e com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes de expirado o prazo, solicitar prorrogação do prazo e apresentar justificativas.

3.1.12 - O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo, quando for o caso, deverá ser encaminhado à fiscalização da CONTRATANTE, que poderá, de modo justificado, acolher ou não o pedido.

3.1.13 - Vencidos os prazos de entrega ou de prorrogação e não cumprida a obrigação de entrega, a CONTRATANTE oficiará a empresa CONTRATADA acerca do transcurso da data limite, passando o inadimplemento, a partir daí, a ser considerado como recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, sujeitando a empresa às penalidades contratuais.

3.2 - DO RECEBIMENTO

3.2.1 - Do recebimento provisório: os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data de entrega, pela Seção de Rede, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

3.2.2 - Do recebimento técnico: os bens serão recebidos tecnicamente no prazo de 7 (sete) dias úteis contados do recebimento provisório, por comissão técnica designada pela SECTI, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência (será utilizada documentação entregue pelo fornecedor e / ou fabricante do equipamento).

3.2.2.1 - A inspeção técnica poderá ser realizada por amostragem, a critério da Administração. O equipamento que, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, apresentar irregularidades ou estiver em desacordo com aquele aprovado durante a análise da amostra deverá ser substituído no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado enviado pelo TRE-PR.

3.2.2.2 - Após a inspeção técnica nos equipamentos e verificando que estes estão em perfeitas condições de funcionamento, a comissão técnica instituída emitirá o Atestado de Aceite Técnico no prazo máximo informado no item 3.2.2.

3.2.3 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

3.2.4 - Do recebimento definitivo: Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo setor demandante, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

3.2.5 - Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito/irregularidade, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do comunicado do TRE/PR, sem quaisquer ônus.

4 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - DA SUSTENTABILIDADE

4.1.1 - Deve ser apresentada, na proposta (conforme item 4.1.1 do edital), certificação emitida por instituição credenciada pelo INMETRO que comprove que nenhum dos equipamentos contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), para aceitação do produto. A comprovação deste requisito também pode ser feita pela apresentação de certificação EPEAT, desde que esta apresente explicitamente a informação de conformidade RoHS.

4.1.2 - As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem, preferencialmente, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

4.1.3 - A contratada para o fornecimento dos equipamentos, na qualidade de fabricante, importador, distribuidor ou comerciante, poderá ser solicitada a providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário desta aquisição de equipamentos, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos a disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme a lei 12.305/2010, artigo 33 caput, inciso VI e seus parágrafos.

4.2 - DOS REQUISITOS DE GARANTIA

4.2.1 - A garantia de funcionamento será pelo período de 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo do componente, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante. O licitante, caso aplicável, deverá descrever em sua proposta os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.

4.2.2 - A garantia será do tipo “on-site” na sede do TRE-PR (endereço informado no item 3.1.2) e deve incluir todo e qualquer defeito decorrente de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro, com a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias, às expensas da contratada.

4.2.3 - O fornecedor não poderá, em hipótese alguma, negar-se a registrar chamadas relacionadas ao equipamento adquirido, ainda que se conclua, ao final, que a solução do incidente não seja de responsabilidade do fornecedor/fabricante.

4.2.4 - O prazo máximo para o primeiro atendimento dos chamados é de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado (pode ser considerado o primeiro atendimento via telefone ou sistema eletrônico).

4.2.5 - O prazo máximo para a solução do problema é de 10 (dez) dias úteis contados a partir do primeiro atendimento, mesmo incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos.

4.2.6 - As peças e componentes trocados deverão ser novos – não utilizados ou reconicionados;

4.2.7 - Quando não for possível a solução do problema no local, sendo necessária a remoção do equipamento, o conserto deverá ser efetivado nas dependências do laboratório da contratada, ficando a mesma responsável pelo traslado dos equipamentos e sua devolução em perfeitas condições de uso.

4.2.8 - A Contratada deverá manter, durante os 12 (doze) meses de vigência da garantia, e às suas expensas, central de atendimento para abertura de chamados técnicos pelo menos no horário das nove às dezoito horas, de segunda a sexta-feira. A central deverá ser acionada preferencialmente por e-mail. Será aceita também a disponibilização de canal para abertura de chamados técnicos por meio de serviço web da contratada ou por telefone 0800 (independente da forma de acionamento a contratada deve dispor de e-mail para troca de informações com a contratante).

4.2.9 - Na abertura do chamado técnico, deverá ser fornecido um número de registro único para cada chamado.

4.2.10 - A contratada deverá, durante a vigência do contrato, prestar todas as informações solicitadas pelos gestores, esclarecendo dúvidas, inclusive, dando todo o suporte necessário no que tange a levantamentos e estudos referentes ao objeto da contratação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

4.2.11 - A contratante poderá promover, a qualquer tempo, diligência para checar a veracidade das informações prestadas pela contratada e ainda verificar por amostragem a confrontação do detalhamento das especificações técnicas do Termo de Referência com os equipamentos recebidos.

4.3 - DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES

4.3.1 - Os produtos deverão ser novos e de acordo com as condições do Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.

4.3.2 - Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem qualquer ônus adicional para o TRE-PR.

4.3.3 - Para todos os itens de especificação serão aceitas ofertas de qualquer componente de especificação diferente da solicitada, desde que comprovadamente igual ou superior, individualmente, quanto à qualidade, o desempenho, a operacionalidade, a ergonomia ou a facilidade no manuseio do originalmente especificado – conforme o caso, e desde que não cause, direta ou indiretamente, incompatibilidade com qualquer das demais especificações, ou desvantagem nestes mesmos atributos dos demais componentes ofertados.

4.3.4 - Conforme o Art. 3º, inciso III do Decreto 7174/2010¹, caso o produto seja importado, a Contratada deverá apresentar, no momento da entrega, Guia de Recolhimento de Imposto de Importação sobre os produtos a serem fornecidos, mesmo que seja em nome do seu fornecedor, evitando assim, o fornecimento de produtos com entrada ilegal no país, sob pena de não recebimento do objeto, sem prejuízo das sanções cabíveis.

¹ Art. 3º, inciso III do Decreto 7.174/2010 – “Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente:

III – exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto (...)”

4.3.4 - A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com a habilitação e com as obrigações assumidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

4 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 - DO GESTOR DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 - O contrato será acompanhado por servidor formalmente designado para tal fim e na sua ausência pelo seu substituto imediato, que exercerão a função de gestores da contratação.

4.1.2 - Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá aos Gestores:

- a) Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando a fatura pertinente ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento;
- b) Acompanhar o fornecimento de acordo com as condições contratadas, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;
- c) Comunicar a contratada via e-mail, carta ou ofício, defeitos, irregularidades ou problemas encontrados durante a execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los e corrigi-los;
- d) Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Gestão Administrativa, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante em formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo.

4.2 - DO FISCAL DA CONTRATAÇÃO

4.2.1 - O contrato será acompanhado por servidor formalmente designado para tal fim e na sua ausência pelo seu substituto imediato, que exercerão a função de fiscais da contratação.

4.2.2 - Caberá aos fiscais do contrato:

- a) Acompanhar a execução do contrato encaminhando por escrito, ao gestor, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, inclusive pequenas falhas ou insatisfações.
- b) Fiscalizar apenas e tão somente a realização dos serviços e prazos, acionando o gestor de contratos quando ocorrerem atrasos ou outros problemas relacionados à execução dos serviços.

5 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Rede, por meio do telefone (41) 3330-8628 ou pelo e-mail rede@tre-pr.jus.br.